FUNDAÇÃO
FACULDADE DE MEDICINA

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)

Contrato de Gestão nº 01/2017 Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP)
CNPJ nº 56.577.059/0006-06
Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Ativo Circulante	Nota Explicativa	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	116.686	87.132
Contas a receber	5	9.541	22.401
Estoques	6	30.716	22.397
Despesas antecipadas	–	801	60
Outras contas a receber	–	164	95
		157.908	**132.085**
Não circulante			
Depósitos recursais trabalhistas	–	99	205
Despesas antecipadas	–	41	18
Imobilizado	7	17.834	17.007
Intangível	7	361	676
		18.335	**17.906**
Total do ativo		**176.243**	**149.991**

Passivo e patrimônio líquido/Circulante	Nota Explicativa	2020	2019
Fornecedores	8	21.464	18.708
Serviços de terceiros	9	12.871	11.533
Obrigações sociais e trabalhistas	10	46.742	30.400
Obrigações fiscais	–	7.072	4.834
Receitas diferidas	11	19.773	17.617
Contas a pagar - FFM	12	1.203	1.374
Outras contas a pagar	–	643	669
		109.768	**85.135**
Não circulante			
Receitas diferidas	11	7.863	9.725
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	13	2.063	1.212
		9.926	**10.937**
Patrimônio líquido	**14**		
Superávit acumulado	–	56.549	53.919
		56.549	**53.919**
Total do passivo e patrimônio líquido		**176.243**	**149.991**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Receitas operacionais	Nota Explicativa	2020	2019
Contrato de Gestão nº 01/2017	15	529.642	516.751
Repasses de medicamentos oncológicos - Ministério da Saúde	16	15.682	13.197
Doações e patrocínios	17	11.226	13.100
Estudos clínicos	18	16.962	15.527
Outras receitas	–	3.633	4.421
Total das receitas		**577.145**	**562.996**
Despesas operacionais			
Pessoal	19	(326.994)	(305.987)
Materiais para consumo	20	(132.737)	(123.413)
Serviços profissionais	21	(77.020)	(68.689)
Depreciações e amortizações	7	(4.608)	(4.088)
Aluguéis de equipamentos e imóveis	–	(9.837)	(9.608)
Utilidades e serviços	–	(1.855)	(5.892)
Repasses ao HCFMUSP	22	(8.397)	(11.111)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	–	(2.542)	(1.426)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5	(21)	8.428
Outras despesas	–	(13.075)	(12.368)
Total das despesas		**(577.086)**	**(534.154)**
(=) Superávit antes do resultado financeiro		**59**	**28.842**
Receitas financeiras	–	2.647	4.156
Despesas financeiras	–	(76)	(76)
Resultado financeiro líquido		**2.571**	**4.080**
(=) Superávit líquido do exercício		**2.630**	**32.922**

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
(=) Superávit líquido do exercício	**2.630**	**32.922**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**2.630**	**32.922**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**20.997**	**20.997**
Superávit líquido do exercício	32.922	**32.922**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**53.919**	**53.919**
Superávit líquido do exercício	2.630	**2.630**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**56.549**	**56.549**

Demonstrações dos fluxos de caixa- Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
(=) Superávit líquido do exercício	**2.630**	**32.922**
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciações e amortizações	4.608	4.088
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	2.542	1.426
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	21	(8.428)
(Aumento) líquido/redução nos ativos		
Contas a receber	12.839	16.694
Estoques	(8.319)	1.724
Despesas antecipadas	(764)	22
Outras contas a receber	(69)	(69)
Depósitos recursais trabalhistas	106	68
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	2.756	1.308
Serviços de terceiros	1.338	80
Obrigações sociais e trabalhistas	16.342	1.569
Obrigações fiscais	2.238	349
Receitas diferidas	294	958
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.691)	(1.407)
Outras contas a pagar	(26)	(3.236)
Caixa líquido das atividades operacionais	**34.845**	**48.068**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(5.120)	(8.112)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(5.120)**	**(8.112)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contas a pagar FFM	(171)	(21.071)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(171)**	**(21.071)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**29.554**	**18.885**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	87.132	68.247
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	116.686	87.132
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**29.554**	**18.885**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: Inaugurado em maio de 2008, o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (Instituto ou ICESP), situado na Av. Dr. Arnaldo, 251, Jardim América, São Paulo - SP, é uma unidade hospitalar de grande porte especializada em oncologia e dedicada ao atendimento de pacientes da rede pública de saúde (Sistema Único de Saúde - SUS). O Instituto é parte integrante do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP). A Fundação Faculdade de Medicina ("Fundação" ou "FFM"), situada na Av. Rebouças, 381, Jardim Paulista, São Paulo - SP, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e qualificada como Organização Social em âmbito estadual e municipal em São Paulo. A operacionalização do ICESP ocorre atualmente por meio do Contrato de Gestão nº 01/2017, celebrado entre o HCFMUSP e a FFM em 30 de janeiro de 2017, com vigência de 05 anos. Estas demonstrações contábeis compreendem exclusivamente as operações desse contrato. **1.1. Efeitos do COVID-19:** A administração da Entidade tem acompanhado de perto os impactos do coronavírus (COVID-19) na economia global e, principalmente, no Brasil. Dessa forma, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Entidade está exposta, a Administração avaliou possíveis eventos econômicos que poderiam impactá-la, tais como os relacionados às estimativas contábeis e mensuração de seus ativos e passivos. Embora até o momento não seja possível mensurar todos os possíveis impactos da Covid-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração de seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020. Em conexão com as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020, a Entidade continua a cumprir todas as diretrizes para prevenir a Covid-19 divulgadas pelos órgãos de saúde competentes e manter as medidas para mitigar o risco de transmissão da COVID-19 nos locais de trabalho. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2002, para entidades sem finalidades de lucros, também pela da NBC TG "1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002R1 - Entidade sem finalidade lucros". As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Fundação em 15 de março de 2021 e serão submetidas à apreciação do Conselho Curador da FFM, em reunião a ser realizada em data posterior. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação e a sua moeda de apresentação. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Foram utilizadas estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações, incluindo os efeitos de estimativas com relação à recuperação de ativos, provisões necessárias para passivos contingentes e similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às tais estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **2.6. Escopo das demonstrações contábeis:** Estas demonstrações contábeis referem-se exclusivamente ao Contrato de Gestão nº 01/2017, entre o HCFMUSP e a FFM, por meio do qual ocorre a operacionalização do ICESP a partir de 30 de janeiro 2017. **2.7. Demonstrações contábeis da Fundação e do Instituto:** As demonstrações contábeis do Contrato de Gestão nº 01/2017, além de apresentadas individualmente, são também incorporadas nas demonstrações contábeis da FFM, por ser a entidade jurídica responsável pela operacionalização do Instituto. Para esse efeito, sofrem as adaptações necessárias visando a aderência às práticas contábeis adotadas pela FFM para contratos de gestão, convênios, termos de cooperação e instrumentos similares, a saber: § Ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados nas suas respectivas rubricas, sendo eliminadas, se houver, transações com partes relacionadas; § O patrimônio líquido do ICESP é registrado diretamente no passivo circulante da FFM como saldo de projetos em execução; § Os bens patrimoniais do ICESP são registrados em contas de compensação e não são demonstrados no ativo da FFM. As tabelas a seguir demonstram a conciliação do patrimônio líquido do contrato de gestão em 31 de dezembro de 2020 com o saldo de passivo contabilizado no balanço patrimonial da FFM, e entre o resultado do contrato frente a movimentação informada pela FFM:

	2020	2019
Patrimônio líquido conforme demonstrações contábeis individuais do Contrato de Gestão nº 01/2017:	**56.549**	**53.919**
Exclusão de itens contabilizados no balanço patrimonial individual do Instituto, mas não apresentados no relatório da FFM		
(-) Imobilizado	(17.834)	(17.007)
(-) Intangível	(361)	(676)
Saldo contabilizado no passivo da FFM na conta "saldo de projetos em execução"	**38.354**	**36.235**

Conta	Receitas operacionais	Despesas operacionais	Transferências internas	Resultado Financeiro	Resultado líquido
Relatório individual	562.996	(534.154)	–	4.080	**32.922**
Depreciações e amortizações	–	4.088	**4.088**		
Transferências internas	–	11.076	(11.076)	–	**–**
Total conforme relatório FFM 2019	**562.996**	**(518.990)**	**(11.076)**	**4.080**	**37.010**
Relatório individual	577.145	(577.086)	–	2.571	**2.630**
Depreciações e amortizações	–	4.608	–	–	**4.608**
Transferências internas	8.442	(8.442)	–	**–**	
Total conforme relatório FFM 2020	**577.145**	**(564.036)**	**(8.442)**	**2.571**	**7.238**

3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas em detalhes, a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Ativos circulante e não circulante:** Apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, as variações monetárias e os rendimentos auferidos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Representados fundamentalmente por saldos em contas bancárias e aplicações financeiras, constituídos de títulos de alta liquidez, e com riscos insignificantes de mudanças de valor. Os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **3.3. Estoques:** Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. **3.4. Ativo imobilizado e intangível: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e amortização acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. **Depreciação e amortização:** A depreciação e amortização são calculadas sobre o valor depreciável e amortizável, respectivamente, que são os custos de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado e intangível. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	Taxas de depreciação e amortização (%)	Taxas médias de depreciação e amortização (%)
Máquinas e equipamentos	10 a 20	15
Instrumentais clínicos cirúrgicos	33	33
Móveis e utensílios	10 a 20	12
Computadores	14 a 20	17
Intangível - softwares	20	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Instituto tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Recebíveis:** Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos. **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, serviços de terceiros e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **3.5.2. Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2020 e 2019, incluindo operações de hedge. **3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para a deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **3.7. Passivo circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores conhecidos, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. As férias a pagar foram apuradas levando-se em consideração as férias proporcionais, por funcionário, acrescidas dos respectivos encargos sociais. **3.8. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:** As provisões para riscos de perda provável em ações judiciais são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança, com base nas estimativas efetuadas pela Administração e seus consultores jurídicos. **3.9. Critérios de apuração das receitas e despesas:** A contabilização de receitas, custos e despesas é efetuada conforme seu período de competência. As receitas de subvenção são registradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistência governamentais. **3.10. Patrimônio líquido:** Corresponde ao acervo líquido pertencente ao HCFMUSP em decorrência do Contrato de Gestão nº 01/2017, firmado com a FFM. **3.11. Trabalho voluntário:** Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1), a Fundação passou a realizar no exercício de 2020 registro contábil dos trabalhos voluntários. Os trabalhos voluntários referem-se principalmente à atuação de membros integrantes dos órgãos de administração/governança com funções não remuneradas, dentre outros profissionais em situações específicas, sendo mensuradas pelo valor justo estimado levando-se em consideração os montantes que a instituição haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. O reconhecimento no resultado do exercício ocorreu como receita em contrapartida a outras despesas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 25. **3.12. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020:** A Entidade não identificou novos pronunciamentos contábeis, com vigor em/ou a partir de 1° de janeiro de 2021. Por isso, concluiu que não há efeitos para serem divulgados antecipadamente nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	2020	2019
Caixa	5	5
Bancos conta movimento	110	135
Aplicações financeiras (a)	116.571	86.992
	116.686	**87.132**

(a) As aplicações em poupança realizadas após 4 de maio de 2012 somam R$ 247 em 2020 (R$ 3.327 em 2019). A rentabilidade em 2020 foi de cerca de 2.11% (3,96% em 2019). Já as aplicações em fundos abertos de investimentos de renda fixa, lastreados principalmente em Certificados de Depósitos Interbancário (CDIs), com remuneração pós-fixadas em 2020 entre 81,30% e 88,38% da taxa CDI (entre 82,50% e 97,77% em 2019). Essas aplicações são de liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O total referente a esta modalidade é R$ 49.293 em 2020 (R$ 83.665 em 2019). Por fim, há as aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), emitidos por instituições financeiras no Brasil, com liquidez imediata. A remuneração aproximada em 2020 ficou 101,00% e 102,50% da taxa CDI. Essa modalidade soma R$ 67.031 em 2020 (não havia saldo em 2019). **5. Contas a receber:** Corresponde aos saldos a receber devidos pelo HCFMUSP em função dos valores pactuados no Contrato de Gestão nº 01/2017, além de recebíveis decorrentes de outras atividades do ICESP:

Contas a receber	2020	2019
Contrato de Gestão nº 01/2017	8.849	21.561
Outras	730	857
	9.579	**22.418**
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)		
Outras contas a receber	(38)	(17)
	(38)	**(17)**
	9.541	**22.401**

Abertura por vencimentos:	2020	2019
A Vencer	469	497
Vencidos		
Até 30 dias	225	326
De 31 a 60 dias	–	13
De 61 a 90 dias	–	21
De 91 a 180 dias	36	–
Acima de 181 dias	8.849	21.561
	9.579	**22.418**

A movimentação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa pode ser assim demonstrada:

	2019	Adições	Reversões	2020
PECLD	(17)	(45)	24	(38)
	(17)	**(45)**	**24**	**(38)**

6. Estoques:	2020	2019
Medicamentos, insumos hospitalares e outros	30.648	22.160
Importação em andamento	63	225
Adiantamentos a fornecedores	**5**	**12**
	30.716	**22.397**

7. Imobilizado e intangível:
Corresponde ao ativo imobilizado e intangível adquirido pela FFM por força do contrato de gestão nº 01/2017 e instrumentos anteriores:

			2020			2019
Imobilizado	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**
Instalações, máquinas e equipamentos	21.591	(10.567)	**11.024**	17.661	(8.067)	**9.594**
Instrumentais clínico-cirúrgicos	929	(807)	**122**	929	(702)	**227**
Móveis e utensílios	2.303	(1.416)	**887**	2.082	(1.150)	**932**
Computadores e correlatos	8.190	(3.539)	**4.651**	6.606	(2.116)	**4.490**
Imobilizações em andamento	1.150	–	**1.150**	1.764	–	**1.764**
	34.163	**(16.329)**	**17.834**	**29.042**	**(12.035)**	**17.007**
Intangível	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**
Softwares	1.661	(1.300)	361	1.661	(985)	676
	1.661	**(1.300)**	**361**	**1.661**	**(985)**	**676**

continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 15 de abril de 2021 às 01:26:38.

...continuação **FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - INSTITUTO DO CÂNCER DO ESTADO DE SÃO PAULO "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP) - CNPJ 56.577.059/0006-06**

Movimentação do ativo imobilizado e intangível	Líquido em 31/12/2019	Adições	Depreciações	Transferências	Líquido em 31/12/2020
Instalações, máquinas e equipamentos	9.594	2.716	(2.500)	1.214	11.024
Instrumentais clínicos cirúrgicos	227	–	(105)	–	122
Móveis e utensílios	932	159	(266)	62	887
Computadores e correlatos	4.490	826	(1.422)	757	4.651
Imobilizado em andamento	1.764	1.419	–	(2.033)	1.150
	17.007	**5.120**	**(4.293)**	**–**	**17.834**

	Líquido em 31/12/2019	Amortizações	Líquido em 31/12/2020
Software	676	(315)	361
	676	**(315)**	**361**

Bens adquiridos diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde: Integram o acervo patrimonial utilizado pelo ICESP bens adquiridos diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (edifício, equipamentos, mobiliários e outros), que são cedidos ao HCFMUSP para uso pelo Instituto. Tendo em vista que a compra não ocorreu através da FFM, esses bens não são registrados contabilmente no ativo imobilizado do contrato de gestão. **Termos de permissão de uso:** Conforme estabelecido no Contrato de Gestão nº 01/2017, o HCFMUSP deve firmar "termos de permissão de uso" com a FFM para amparar formalmente a cessão dos bens móveis e imóveis empregados pelo Instituto. Esses termos ainda não foram celebrados pelo HCFMUSP.

8. Fornecedores:	**2020**	**2019**
Medicamentos e reagentes	9.512	8.815
Materiais hospitalares em geral	6.336	4.894
Órteses, próteses e materiais especiais	1.168	922
Aquisições de ativo imobilizado	973	593
Outros	3.475	3.484
	21.464	**18.708**

9. Serviços de terceiros:	**2020**	**2019**
Limpeza e higienização	3.677	3.632
Vales refeição	2.794	2.831
Manutenção de instalações e equipamentos	1.986	1.608
Saúde (unidades retaguarda, serviços radiologia e outros)	1.026	453
Outros	3.388	3.009
	12.871	**11.533**

10. Obrigações sociais e trabalhistas:	**2020**	**2019**
Férias e encargos sociais a pagar	26.964	26.577
Salários a pagar (a)	15.721	31
FGTS a pagar	2.472	2.352
INSS a recolher	1.537	1.438
Pensão Alimentícia	46	-
Contribuições sindicais a recolher	**2**	**2**
	46.742	**30.400**

(a) Realizados anteriormente no último dia útil do mês de referência, os créditos de salários passaram a ocorrer no 5º dia útil do mês subsequente a partir de janeiro de 2020. **11. Receitas diferidas:** Correspondem aos saldos diferidos de subvenções para investimentos e projetos recebidas pelo ICESP, mediante pactuação no contrato de gestão nº 01/2017 ou por conta de projetos desenvolvidos pelo Instituto com subvenções de outros órgãos. A apropriação como receita ocorre em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais. Nas subvenções para custeio, a apropriação ocorre conforme a efetivação das despesas que as subvenções têm por objeto compensar e, no caso de subvenções para investimentos, mediante o tempo de vida útil dos bens adquiridos (apurados por meio da depreciação ou amortização), ou diretamente, quando os recursos são empregados em gastos cuja natureza enseja a alocação direta no resultado. A movimentação nos exercícios de 2020 e 2019 pode ser assim demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**20.270**	**6.114**	**26.384**
Transferências entre circulante/não circulante	1.307	(1.307)	**–**
Subvenções reconhecidas no exercício	12.483	6.690	**19.173**
(-) Apropriações como receitas	(15.616)	–	**(15.616)**
Receitas financeiras de verbas diferidas	668	276	**944**
(-) Devoluções de verbas diferidas	(1.495)	(2.048)	**(3.543)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**17.617**	**9.725**	**27.342**
Transferências entre circulante/não circulante	95	(95)	**–**
Subvenções reconhecidas no exercício	21.284	53	**21.337**
(-) Apropriações como receitas	(19.338)	–	**(19.338)**
Receitas financeiras de verbas diferidas	193	96	**289**
(-) Devoluções de verbas diferidas	(78)	(1.916)	**(1.994)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**19.773**	**7.863**	**27.636**

12. Contas a pagar - FFM: Referem-se fundamentalmente a operações efetuadas através do caixa central da FFM cuja compensação/alocação bancária no contrato de gestão ocorre, por falta de tempo hábil, no exercício seguinte. O saldo de tais operações em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 1.203 (R$ 1.374 em 31 de dezembro de 2019). **13. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:** Corresponde ao montante provisionado para os processos em curso, compreendendo as ações cuja possibilidade de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos e Administração da FFM, líquidos de eventuais depósitos judiciais.

	2019	Adições	Reversões	2020
Ações trabalhistas	2.169	1.861	(2.067)	1.963
(-) Depósitos garantia de juízo e recursais	(2.008)	(1.790)	2.208	(1.590)
Outras contingências	1.051	639	–	1.690
	1.212	**710**	**141**	**2.063**

As ações cuja probabilidade de perda foi considerada como possível em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R$ 11.325 (R$ 11.035 em 31 de dezembro de 2019). **14. Patrimônio líquido:** O patrimônio líquido do contrato de gestão nº 01/2017 é composto basicamente pelo patrimônio acumulado pelo ICESP decorrente das atividades realizadas por meio do contrato atual e anteriores. Em caso de rescisão do contrato ou extinção/desqualificação da FFM, o patrimônio, legados, doações e excedentes financeiros do contrato de gestão serão destinados integralmente ao HCFMUSP. **15. Receitas operacionais - contrato de gestão:** Refere-se ao montante devido pelo HCFMUSP à FFM para operacionalização do ICESP, cujos valores e demais condições são estabelecidos no Contrato de Gestão no 01/2017 e aditivos. Para o 1º ano do contrato, correspondente ao período de fevereiro de 2017 a janeiro de 2018, foi pactuado o valor de R$ 502.662. Tal valor foi estabelecido também para o 2º ano do contrato (fevereiro de 2018 a janeiro de 2019), enquanto, para o 3º ano (fevereiro de 2019 a janeiro de 2020), foi definido o valor de R$ 522.353. Conforme tratativas entre as partes, os custos de serviços do ICESP pagos diretamente pelo HCFMUSP são descontados dos repasses. No exercício de 2019 houve ainda pactuação e integralização de valor complementar de R$ 10.900, destinados a subsidiar expansão das atividades assistenciais. Para o 4º ano do contrato (fevereiro 2020 a janeiro de 2021), foi definido o valor de R$ 542.353. As receitas nos exercícios sociais de 2020 e 2019 podem ser assim demonstradas:

	2020	2019
Valores acordados (a)	540.686	531.612
(-) Descontos de custos assumidos diretamente pelo HCFMUSP	(11.044)	(14.861)
	529.642	**516.751**

(a) Montante proporcional em cada exercício conforme os valores pactuados para os períodos contratuais. No exercício de 2020, corresponde aproximadamente a uma parcela no valor de R$ 43.529 relativa ao 3º ano de contrato (janeiro de 2020), e 11 parcelas no valor de R$ 45.196. No exercício de 2019, corresponde aproximadamente a uma parcela no valor de R$ 41.889 relativa ao 2º ano de contrato (janeiro de 2019), e 11 parcelas no valor individual de R$ 43.529 relativas ao 3º ano de contrato (fevereiro a dezembro de 2019), além do mencionado repasse único de R$ 10.900 para expansão de atividades. Por força do Contrato de Gestão, o Instituto está obrigado a cumprir determinadas metas, havendo penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados, no caso de descumprimento. Além disso, a FFM está sujeita à apresentação de prestações de contas regulares conforme determinações do HCFMUSP e órgãos fiscalizadores. A prestação de contas do exercício de 2020 será enviada no 1º semestre de 2021. **16. Repasses de medicamentos oncológicos - Ministério da Saúde:** Como estabelecimento de saúde habilitado de alta complexidade em oncologia no SUS, o ICESP recebe, com interveniência da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, medicamentos oncológicos de compra centralizada pelo Ministério da Saúde. Incorporados ao estoque do instituto, a receita correspondente é reconhecida mediante a efetiva utilização dos medicamentos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais. Em 2020, o Instituto recebeu medicamentos no valor total de R$ 16.425, sendo reconhecida a receita de R$ 15.682. Em 2019, tais valores foram respectivamente de R$ 12.665 e R$ 13.197. Os saldos residuais são registrados como subvenções diferidas, conforme critérios apresentados na Nota Explicativa nº 11. **17. Doações e patrocínios:** São doações em numerário e mercadorias (medicamentos, reagentes, órteses e próteses, equipamentos etc.) recebidas pelo ICESP em 2020 e 2019 por meio da FFM.

	2020	2019
Itaucard S/A	2.564	-
Merck Sharp & Dohme Farmaceutica Ltda	1.876	524
Bradesco Saude S/A	1.000	-
Bayer S/A.	888	797
Novartis Biociencias S/A	770	36
Legado de Orlando Giacomo Filho (a)	-	8.272
Outras	6.503	4.566
(-) Devoluções	-	(1.204)
	13.601	**12.991**
(+) Transferências da receita diferida	927	109
(-) Transferências para a receita diferida	(3.302)	-
Total	**11.226**	**13.100**

(a) Legado recebido pelo ICESP em 11 de setembro de 2019, oriundo do espólio de Orlando Giacomo Filho, conforme testamento de 8 de junho de 2009. **18. Estudos clínicos:** Correspondem a receitas provenientes de estudos e/ou ensaios clínicos realizados pelo ICESP para instituições nacionais e internacionais, predominantemente dos segmentos farmacêutico e de pesquisa, visando o desenvolvimento de medicamentos e procedimentos terapêuticos.

19. Pessoal:	**2020**	**2019**
Salários e ordenados	(270.155)	(251.221)
FGTS	(21.187)	(19.883)
Benefícios	(35.652)	(34.883)
	(326.994)	**(305.987)**

20. Materiais para consumo:	**2020**	**2019**
Medicamentos e reagentes	(77.953)	(73.587)
Materiais hospitalares em geral	(29.989)	(28.969)
Órteses, próteses e materiais especiais	(7.145)	(8.255)
Outros	(17.650)	(12.602)
	(132.737)	**(123.413)**

21. Serviços profissionais:	**2020**	**2019**
Manutenção de instalações e equipamentos	(21.690)	(19.879)
Limpeza e higienização	(19.594)	(18.452)
Saúde (unidades retaguarda, serviços radiologia e outros)	(11.796)	(10.119)
Técnico administrativos	(6.749)	(8.098)
Segurança	(5.528)	(5.185)
Outros	**(11.663)**	**(6.956)**
	(77.020)	**(68.689)**

22. Repasses ao HCFMUSP: Referem-se a reembolsos de custos e outras operações pagas pelo ICESP ao HCFMUSP por força de atendimentos médico-hospitalares de pacientes do Instituto, no valor total de R$ 8.397 em 2020 (R$ 11.111 em 2019). **23. Instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o ICESP não possuía instrumentos derivativos. O ICESP está exposto a riscos normais de mercado, relacionados principalmente às variações do CDI relativo às aplicações financeiras. O valor classificado como aplicações financeiras encontra-se atualizado pelo método do custo amortizado até 31 de dezembro de 2020 e 2019 e corresponde, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O ICESP está exposto, ainda, ao risco de crédito das instituições financeiras. O ICESP adota a política de efetuar suas aplicações financeiras em bancos de primeira linha, como meio de mitigar o risco de perda financeira:

	Valor contábil	
Ativos financeiros	**2020**	**2019**
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	116.686	87.132
Contas a receber	9.541	22.401
Depósitos recursais trabalhistas	99	205
Passivos financeiros		
Outros passivos		
Fornecedores	21.464	18.708
Serviços de terceiros	12.871	11.533

Não há risco de liquidez, pois em 31 de dezembro de 2020 o contrato possui capital de giro de R$ 48.140 (R$ 46.950 em 31 de dezembro de 2019). **Estimativa do valor justo:** Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício o Instituto não efetuou operações com derivativos. **Instrumentos financeiros "não derivativos"** Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Instrumentos financeiros:** Reconhecimento e mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. São três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: • **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • **Nível 2:** outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); • **Nível 3:** informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras). Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, o Instituto está sujeito aos fatores de: **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem do Instituto na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos do Instituto, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos do Instituto. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, o Instituto centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa. **24. Avais, fianças e garantias:** O Instituto não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2020 e 2019. **25. Trabalho voluntário:** Em atendimento da NBC ITG 2002 (R1), a Fundação passou a reconhecer no exercício de 2020 os trabalhos voluntários. No contrato de gestão do ICESP foram identificadas as atividades exercidas por membros do seu Conselho Diretor e por médicos voluntários atuantes no instituto. O valor desses serviços voluntários foi mensurado pelo valor justo da prestação do serviço, apurado mediante os valores de mercado aproximados de funções similares, representando em 2020 o montante de R$ 2.812. O reconhecimento foi realizado no resultado do contrato, como outras receitas em contrapartida a outras despesas. **26. Imunidades e isenções previdenciárias e fiscais:** A FFM é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) na área da saúde, com validade até 11 de junho de 2018, deferido pelo Ministério da Saúde em 18 de fevereiro de 2020 através da Portaria nº 151 (Processo nº 25000.064173/2015-71). O pedido para renovação foi apresentado tempestivamente ao Ministério da Saúde (Processo nº 25000.074283/2018-94) e encontra-se em tramitação, sendo o certificado atual válido até que haja decisão sobre esse requerimento (Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, artigo 24). Essa certificação, em conjunto com a natureza jurídica da instituição e observação dos requisitos legais pertinentes, assegura à FFM a isenção das contribuições devidas ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) sobre folha de pagamento e serviços de terceiros (cotas patronais), bem como imunidade ou isenção de diversos outros impostos e contribuições. Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Fundação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal usufruídas pelo Contrato de Gestão no 01/2017 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, acompanhados dos respectivos valores estimados:

	2020	2019
Cota patronal INSS - Folha de pagamento **(a)**	72.874	69.224
Cota patronal INSS-Prestadores Serviço Pessoas Físicas **(a)**	312	222
	73.186	**69.446**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) **(b)**	779	3.888
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) **(c)**	468	2.333
Contribuição Financiamento Seguridade Social (COFINS) **(d)**	2.533	2.652
Programa de Integração Social (PIS) **(e)**	550	576
Imposto Serviço Qualquer Natureza (ISSQN) **(f)**	349	320
	77.865	**79.215**

a) Alíquotas de 27,8% sobre a folha de pagamento a funcionários e de 20% sobre pagamentos a prestadores de serviços pessoas físicas; **b)** Simulação empregando o regime de "Lucro Real", com alíquota de 15% sobre o resultado ajustado de cada exercício; **c)** Alíquota de 9% sobre o resultado ajustado do exercício; **d)** Considerando que a simulação da apuração do IRPJ ocorreu pelo regime de "Lucro Real", foi empregado regime de incidência "não cumulativo", com alíquota de 7,6% sobre o faturamento; **e)** Idem, com alíquota de 1,65% sobre o faturamento; **f)** Alíquota de 2% sobre os serviços prestados. **27. Seguros (não auditado):** O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas em 31 de dezembro são apresentadas a seguir:

	2020	2019
Incêndio, raio, explosão e riscos diversos	634.026	631.526
Responsabilidade civil e profissional	15.000	10.000
	649.026	**641.526**

28. Outras informações: As declarações de isenção do imposto de renda, as quais o Instituto (através da FFM) está obrigado a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, bem como a prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.

Diretoria

Prof. Dr. Flavio Fava de Moraes - Diretor Geral
Prof. Dr. Jose Otavio Costa Auler Junior - Vice Diretor Geral
Amaro Angrisano - Superintendente Financeiro
Marcus Cesar Mongold - Contador-CRC 1SP173756/O-0

As Demonstrações Contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho Curador da Fundação Faculdade de Medicina em reunião realizada em 07 de abril de 2021.

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da **Fundação Faculdade de Medicina (FFM) | Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP) - Contrato de Gestão nº 01/2017.** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Faculdade de Medicina (FFM) | Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP)** (**"Instituto"** ou **"ICESP"**), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação Faculdade de Medicina (FFM) | Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP)** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis do Instituto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por nós, que emitimos relatório em 13 de março de 2020 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** O Instituto não possui personalidade jurídica própria, visto que a Fundação Faculdade de Medicina (FFM) é a responsável pela operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde do Instituto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da FFM. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:§ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; § Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação

continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 15 de abril de 2021 às 01:26:38.

...continuação

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - INSTITUTO DO CÂNCER DO ESTADO DE SÃO PAULO "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP) - CNPJ 56.577.059/0006-06

em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 15 de março de 2021.

BDO RCS Auditores Associados Ltda. CRC 2 SP 015165/0-8

Victor Henrique Fortunato Ferreira - Contador CRC 1 SP 223326/O-3

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - INSTITUTO DO CÂNCER DO ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 56.577.059/0006-06

CONTRATO DE GESTÃO Nº 01/2017 HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - PROCESSO HC Nº 5521/2016

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2020 (8º TERMO ADITIVO DE RETI-RATIFICAÇÃO)

INDICADORES QUANTITATIVOS	1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		TOTAL	
	CONTRATADO	REALIZADO	CONTRATADO	REALIZADO	CONTRATADO	REALIZADO
SAÍDAS HOSPITALARES	8.390	7.966	8.496	7.723	16.886	15.689
CIRURGIAS	3.498	2.882	3.587	2.991	7.085	5.873
ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA	13.484	11.846	13.709	10.941	27.193	22.787
CONSULTAS MÉDICAS 1	106.353	100.318	109.035	110.749	215.388	211.067
CONSULTAS NÃO MÉDICAS 1 e 2	59.941	52.335	61.451	59.907	121.392	112.242
TRATAMENTOS CLÍNICOS EM ONCOLOGIA 1	43.316	43.694	44.408	41.727	87.724	85.421
TOTAL					**475.668**	**453.079**

1.CONTEMPLA ICESP E UNIDADE AMBULATORIAL DE OSASCO

2.CONSULTAS NÃO MÉDICAS: CONSULTA MULTIPROFISSIONAL ENFERMAGEM, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, NUTRIÇÃO, PSICOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL E ODONTOLOGIA/BUCOMAXILO

INDICADORES QUALITATIVOS	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
TAXA DE RESPOSTA DE MANIFESTAÇÃO NA OUVIDORIA	90%	92%
TAXA DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES - GERAL (*)	96%	92%
ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO	99,77%	99,92%
TAXA DE SUSPENSÃO DE CIRURGIA - MOTIVO INSTITUCIONAL	3,78%	3,18%
TAXA DE SUBSTITUIÇÃO DE CIRURGIA	39,86%	33,48%
INCIDÊNCIA DE EXTRAVAZAMENTO POR DROGA ANTINEOPLÁSICA (BOLSAS INFUNDIDAS)	0,12%	0,11%
NOTIFICAÇÕES DE FÁRMACO E TECNOVIGILÂNCIA	755	756
DENSIDADE DE INFECÇÃO PRIMÁRIA DE CORRENTE SANGUINEA RELACIONADOS AO USO CATETERES CENTRAIS (ICSCVC)	5,47%	5,38%

PagSeguro Internet S.A.

CNPJ/MF nº 08.561.701/0001-01 - NIRE 35300495934

Relatório da administração

Em atendimento à circular nº 3.833/2017 do Banco Central do Brasil (BACEN), a Administração do PagSeguro Internet S.A. ("Companhia" ou "PagSeguro"), subsidiária do PagSeguro Digital Ltd. ("PagSeguro Digital") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O PagSeguro é um Arranjo de Pagamento Fechado e uma instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós-pagos além de desempenhar atividades pertinentes ou correlatas às mencionadas nos itens precedentes, incluindo, mas não se limitando, veiculação de publicidade e desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira de transações relacionadas a determinado serviço de pagamento e participação em outras sociedades, cujo objeto social seja relacionada, necessária ou conveniente a consecução do objeto social da sociedade no Brasil e/ou no exterior. A Companhia obteve em 17 de outubro de 2018 autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN, além de seguir os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Nesse sentido, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia obteve R$113.980 milhões de valor financeiro transacionado e atingiu 6.6 milhões (com pelo menos uma transação nos últimos 12 meses), que aumentaram R$38.334 milhões em relação ao valor financeiro transacionado de R$75.646 milhões e 1,4 milhão em relação aos 5,2 milhões de lojistas ativos comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O PagSeguro obteve lucro líquido de R$1.268 milhões, um decréscimo de R$113 milhões comparado ao montante de R$1.381 milhões no exercício de 2019, destacando a receita de prestação de serviços que totalizou o valor de R$4.681 milhões substancialmente representada pela receita de intermediação financeira, um aumento de R$696 milhões comparado ao valor de R$3.985 milhões do exercício de 2019 e pelo resultado de participações em coligadas e controladas que totalizou R$1.856 milhões montante composto pela equivalência patrimonial das empresas investidas, um aumento de R$215 milhões referente a participações em coligadas comparado ao saldo de R$1.641 milhões referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2020, os ativos da Companhia totalizaram R$20.595 milhões, um crescimento de R$4.557 milhões comparado ao total de R$ 16.038 milhões registrados em 31 de dezembro de 2019. O principal ativo do PagSeguro refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito no valor de R$10.919 milhões, apresentou aumento de R$1.178 milhões comparado ao valor de R$9.741 milhões referente ao exercício de 2019. Vale ainda destacar o valor investido em empresas controladas pela Companhia que totalizou R$3.998 milhões, um aumento de R$1.616 milhões comparado ao saldo de R$2.382 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido totalizou R$8.408 milhões, apresentou crescimento de R$922 milhões comparado a R$7.486 milhões em 31 de dezembro de 2019. Destacamos abaixo as principais movimentações no patrimônio líquido: • Lucro líquido de R$1.268 milhões no exercício findo em dezembro de 2020, atingiu decréscimo de R$113 milhões comparado ao montante de R$1.381 milhões no exercício de 2019; • Destinação de dividendos no valor de R$377 milhões para o PagSeguro Digital, um aumento de R$212 milhões comparado ao montante de R$165 milhões no exercício de 2019; • Constituição de reservas legais e de lucros no valor de R$891 milhões, um decréscimo de R$325 milhões comparado ao montante de R$1.216 milhões no exercício de 2019. Em relação às movimentações de caixa, importante reiterar o comprometimento do PagSeguro em ser uma Companhia disruptiva no mercado e com relevantes investimentos em tecnologia, prova disso é o investimento de R$512 milhões em intangíveis, composto basicamente por desenvolvimento de softwares e R$1.521 milhões em ativos fixos, referentes principalmente a POS, que apresentaram crescimento de R$156 milhões e R$1.153 milhões, respectivamente comparados aos valores de R$356 milhões e R$368 milhões em 31 de dezembro de 2019. Além de R$407 milhões de aportes de capital em controladas, um aumento de R$285 milhões, comparado ao montante de R$122 milhões no exercício de 2019 e R$367 milhões em aquisições de novas empresas para o grupo, valor basicamente composto pela aquisição da Wirecard ("MOIP"), um aumento de R$348 milhões comparado ao montante de R$19 milhões no exercício de 2019. O resultado apresentado pela Companhia deve-se especialmente ao representativo aumento no número de clientes ativos e volume total transacionado em contrapartida aos impactos sofridos em 2020 pelo COVID-19.

São Paulo, 31 de março de 2021

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019 (reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	551.573	473.233
Instrumentos financeiros		955.260	-
Carteira própria	5	955.260	-
Relações interfinanceiras		10.919.449	9.740.871
Pagamentos e recebimentos a liquidar	6	10.919.449	9.740.871
Outros créditos		374.781	412.818
Rendas a receber		23.557	23.236
Diversos	7	351.224	389.582
Outros valores e bens		71.806	74.535
Despesas antecipadas		71.806	74.535
Total do ativo circulante		12.872.869	10.701.457
Realizável a longo prazo			
Instrumentos financeiros		335.091	1.528.685
Carteira própria	5	335.091	1.528.685
Outros créditos		798.581	508.432
Diversos	7	798.581	508.432
Outros valores e bens		10.286	7.207
Despesas antecipadas		10.286	7.207
Permanente			
Investimentos		3.998.222	2.381.874
No país	8	3.998.222	2.381.874
Imobilizado em uso		1.726.492	396.885
Imobilizações de uso	9	1.965.640	444.153
(Depreciações acumuladas)	9	(239.148)	(47.268)
Intangível		853.733	513.600
Ativos intangíveis	10	1.348.600	836.829
(Amortização acumulada)	10	(494.867)	(323.229)
Total do ativo não circulante		7.722.405	5.336.683
Total do ativo		20.595.274	16.038.140

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019 (reapresentado)
Circulante			
Depósitos		567.123	1.202.270
Outros depósitos	11	567.123	1.202.270
Outras obrigações		9.763.951	6.128.064
Valores a repassar a estabelecimentos	11	8.567.216	5.279.214
Diversas	11	1.122.435	698.172
Fiscais e previdenciárias	13	74.300	150.678
Resultados de exercícios futuros			
Resultados de exercícios futuros		186.219	42.184
Total resultados de exercícios futuros		186.219	42.184
Total do passivo circulante		10.517.293	7.372.518
Passivo exigível a longo prazo			
Outras obrigações		1.646.121	1.153.362
Fiscais e previdenciárias	13	1.311.133	854.566
Diversas	11	334.988	298.796
Resultados de exercícios futuros			
Resultados de exercícios futuros		23.394	26.025
Total resultados de exercícios futuros		23.394	26.025
Patrimônio líquido			
Capital - de domiciliados no país	16	5.230.994	5.200.994
Reservas de lucros	16	3.176.847	2.285.441
Ajustes de avaliação patrimonial	16	625	(200)
Total do patrimônio líquido		8.408.466	7.486.235
Total do passivo e patrimônio líquido		20.595.274	16.038.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		5.200.994	69.021	1.000.211	-	252	6.270.478
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.381.258	-	1.381.258
Constituição de reserva legal		-	69.063	-	(69.063)	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(452)	(452)
Distribuição de dividendos		-	-	-	(165.048)	-	(165.048)
Constituição de reserva de retenção de lucro		-	-	1.147.147	(1.147.147)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		5.200.994	138.084	2.147.358	-	(200)	7.486.236
Aumento capital	16	30.000	-	-	-	-	30.000
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	1.267.959	-	1.267.959
Constituição de reserva legal	16	-	63.398	-	(63.398)	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	16	-	-	-	-	825	825
Distribuição de dividendos	16	-	-	-	(376.554)	-	(376.554)
Constituição de reserva de retenção de lucro	16	-	-	828.007	(828.007)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.230.994	201.482	2.975.365	-	625	8.408.466
Saldos em 30 de junho de 2020		5.200.994	169.370	2.365.259	-	175	7.735.798
Aumento capital		30.000	-	-	-	-	30.000
Lucro líquido do semestre		-	-	-	642.218	-	642.218
Constituição de reserva legal		-	32.112	-	(32.112)	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	450	450
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucro		-	-	610.106	(610.106)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.230.994	201.482	2.975.365	-	625	8.408.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2º Semestre 2020	Exercícios 2020	Exercícios 2019
Receitas de intermediação financeira		51.812	143.737	133.467
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		51.812	143.737	133.467
Despesas de intermediação financeira		(4.230)	(9.750)	(4.993)
Operações de empréstimos e repasses		(4.230)	(9.750)	(4.993)
Resultado bruto da intermediação financeira		47.582	133.988	128.474
Outras receitas/ despesas operacionais		848.025	1.561.059	1.862.877
Receitas de prestação de serviços	17	2.765.126	4.681.295	3.984.920
Resultado de participações em coligadas e controladas	8	1.055.829	1.855.542	1.640.602
Outras receitas operacionais		23.279	74.089	33.499
Despesas administrativas	18	(732.361)	(1.301.424)	(813.703)
Despesas operacionais	19	(1.828.126)	(2.938.906)	(2.371.085)
Despesas tributárias	20	(295.640)	(505.499)	(465.890)
Despesas de pessoal	21	(140.082)	(304.037)	(145.466)
Resultado operacional		895.607	1.695.047	1.991.351
Receitas (despesas) não operacionais		(9.452)	104.004	15.733
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		886.155	1.799.051	2.007.084
Imposto de renda e contribuição social		(192.431)	(477.628)	(585.121)
Provisão para imposto de renda	14	(29.598)	(35.156)	(21.835)
Provisão para contribuição social	14	(7.439)	(7.439)	(103)
Ativo fiscal diferido	14	(155.394)	(435.033)	(563.183)
Participações no lucro		(51.506)	(53.463)	(40.705)
Lucro líquido		642.218	1.267.959	1.381.258
Quantidade de ações		1.662.133.845	1.662.133.845	1.655.760.489
Lucro líquido por ação (em R$)		0,3864	0,7629	0,8342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais - R$)

	2º Semestre de 2020	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Resultado líquido do exercício	642.218	1.267.959	1.381.258
Resultados abrangentes que poderão ser reclassificados para resultado em períodos subsequentes	-	-	-
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda	682	1.250	(685)
Imposto de renda diferido	(232)	(425)	233
Resultado abrangente do exercício	642.668	1.268.784	1.380.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 15 de abril de 2021 às 01:26:38.